



INTERINDICAL NACIONAL



CGTP - INTERINDICAL



Resolução

Os trabalhadores estão confrontados com a apresentação pelo Governo, de um novo e agravado programa de austeridade, sem paralelo desde o 25 de Abril.

Estas novas medidas representam a recessão económica, o empobrecimento generalizado da população, o aumento do desemprego, mas também um recuo civilizacional, que põe em causa princípios basilares, direitos e garantias fundamentais, consagradas na Constituição da Republica Portuguesa.

Estamos perante um programa de agressão aos trabalhadores ao povo e ao país.

Alem das medidas brutais do governo, a administração da Amarsul, S.A, sem qualquer negociação prévia com os legítimos representantes dos trabalhadores, e atentando contra o estipulado no AE existente na empresa, vem agora brindar os seus trabalhadores com medidas adicionais, que para além de penalizadoras, são injustas e arbitrárias, tanto mais incompreensíveis quando a Amarsul teve resultados positivos em 2010, á semelhança do que tem acontecido ao longo da sua existência.

Os trabalhadores da Amarsul, presentes no plenário geral de trabalhadores em Setúbal, no dia 27 de Outubro, realizada no âmbito da Semana de Luta de 20 a 27 de Outubro promovida pela CGTP,

Rejeitam:

- A concretização de mais privatizações, nomeadamente das Águas de Portugal.

- A ofensiva contra o Poder Local Democrático que poria em causa o direito do povo a serviços públicos de qualidade e de proximidade, onde a Amarsul desempenha um papel activo e fundamental para a sustentabilidade ambiental na Península de Setúbal.

- O roubo do subsídio de Natal em 2011, dos subsídios de Natal e de férias aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, assim como dos pensionistas em geral para os próximos dois anos, e tudo farão para o combater.

- O corte dos salários, o agravamento dos impostos, a redução do subsídio de desemprego e a eliminação do abono de família e do rendimento social de inserção a milhares de famílias.

- A pretensão da Amarsul na fixação de horários de trabalho a trabalhadores em regime de turnos, com a consequente eliminação faseada dos respectivos subsídios associados.



INTERSINDICAL NACIONAL



CGTP - INTERSINDICAL



- A alteração de regras no pagamento de subsídios, nomeadamente de isenção de horário, contrariando o estipulado no AE, sem qualquer negociação prévia com os representantes dos trabalhadores.

- A criação de novas categorias profissionais sem qualquer enquadramento prévio na tabela salarial do AE e inexistência da respectiva descrição de funções devidamente discutida com os sindicatos.

- O desejo da Amarsul de deslocar trabalhadores da recolha selectiva para outras funções e instalações, podendo provocar assim situações que colocarão em risco a segurança rodoviária, de transeuntes e dos próprios motoristas da empresa, para além dos custos associados e perda de qualidade de vida que acarreta para os auxiliares.

- A atitude tipo Pidesca da administração ao pressionar individualmente trabalhadores pelo facto de terem assinado um abaixo-assinado promovido pelos trabalhadores da empresa.

E afirmam:

- Que **Portugal precisa de uma outra política** em que o Governo promova o crescimento e o emprego com direitos, aposte na dinamização do sector produtivo, pare com as privatizações, garanta o aumento dos salários e das pensões, assegure a defesa e o reforço das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores.

- Que a Amarsul e os seus accionistas, podem e devem, no intuito da garantia da estabilidade financeira da empresa, encontrar caminhos que não sejam ainda mais penalizadores para a valorização do trabalho e consequentemente sobre a brutal perda da qualidade de vida a que assistimos e ainda o seu agravamento que se avizinha para todos os trabalhadores.

- A sua disponibilidade para tudo fazer em defesa da empresa, tendo presente o seu crescimento e desenvolvimento, mas nunca á custa dos seus salários e direitos.

- A sua adesão à **Greve Geral de dia 24 de Novembro de 2011**, contra a exploração e o empobrecimento, por um Portugal desenvolvido e soberano e á possibilidade de outras formas de luta no intuito de travar este brutal ataque aos direitos dos trabalhadores.

E decidem:

- A entrega desta resolução aos órgãos de comunicação social, Assembleias Municipais e solicitar uma reunião á Administração da empresa e seus Accionistas para a entrega da resolução.

Setúbal, 27 de Outubro de 2011